



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**ESCOLA E FAMÍLIA ALIADAS AO COMPROMISSO DA
FREQUÊNCIA ESCOLAR, NA BUSCA DA MELHORIA DA
APRENDIZAGEM NA ESCOLA RURAL**

PATRÍCIA VIEGAS DA SILVA

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**ESCOLA E FAMÍLIA ALIADAS AO COMPROMISSO DA
FREQUÊNCIA ESCOLAR, NA BUSCA DA MELHORIA DA
APRENDIZAGEM NA ESCOLA RURAL**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

PATRÍCIA VIEGAS DA SILVA

ESCOLA E FAMÍLIA ALIADAS AO COMPROMISSO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR NA BUSCA DA MELHORIA DA APRENDIZAGEM NA ESCOLA RURAL

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ____ de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof {Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira

Prof. Patrícia Viegas da Silva

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho, à minha única filha Amanda, que me move, me fortalece com seu amor e me faz perseguir novas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao dom da vida que o Nosso Pai nos concede todos os dias. À minha família que torce por mim. À minha escola querida, meu lugar de felicidade, que me apoia e me honra.

EPÍGRAFE

“(...) A liberdade da terra não é assunto de lavradores.
A liberdade da terra é assunto de todos.
Quantos não se alimentam do fruto da terra.
Do que vive, sobrevive do salário.
Do que é impedido de ir à escola.
Dos meninos e meninas de rua.
Das prostitutas. Dos ameaçados pelo cólera.
Dos que amargam o desemprego.
Dos que recusam a morte dos sonhos.
A liberdade da terra e a paz do campo tem um nome.
Hoje viemos cantar no coração da cidade para que ela ouça
nossas canções...”
(Pedro Tierra)

RESUMO

O presente trabalho ESCOLA E FAMÍLIA ALIADA AO COMPROMISSO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR, EM BUSCA DA MELHORIA DA APRENDIZAGEM NA ESCOLA RURAL, da Escola Municipal Lolita Brito Dias, trata da frequência escolar e da participação da família e comunidade na escola, através de Conselhos Escolares, para a busca da melhoria na qualidade da educação, através da Gestão Democrática.

Sobretudo, destaca problemas enfrentados nas escolas rurais e como o Projeto Político Pedagógico aponta novas estratégias, aproximando a escola/família, em prol do mesmo objetivo, que é a educação de qualidade como direito de todos. Por fim, estabelecidos problemas e estratégias comuns às escolas rurais, vimos que os Conselhos são instrumentos eficazes sob o prisma da Gestão Democrática.

Palavras-chave: frequência escolar, família, Conselhos Escolares, PPP, Gestão Democrática.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1.ESCOLA E FAMÍLIA ALIADAS AO COMPROMISSO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR, NA BUSCA DA MELHORIA DA APRENDIZAGEM NA ESCOLA RURAL.....	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS.....	18
ANEXO.....	19

INTRODUÇÃO

Sendo a frequência escolar uma preocupação de todos na Escola Municipal Lolita Brito Dias, que está localizada na fazenda Caxambu, zona rural do município de Três Pontas, levantada através do seu Projeto Político Pedagógico, faz-se necessário abordar o problema de forma crítica e fundamentar estratégias para solucioná-lo, fortalecendo o vínculo escola/família e a busca pela melhoria no processo de aprendizagem, função principal da escola- fornecer educação de qualidade para todos.

Assim, percebeu-se que alunos que não tinham boa frequência, estavam defasados em suas séries e apresentavam problemas de aprendizagem. Por mais que a equipe escolar se organizasse para novas estratégias, o tempo perdido ficava ainda mais evidente, quando através do regime de ciclo/série, os alunos chegavam ao próximo ano letivo.

Um caso específico de um aluno, acompanhado desde o primeiro ano do Ensino Fundamental, norteou as observações e serviu de parâmetro para a reflexão do problema, existente na maioria das escolas rurais do município, conforme relatos de diretores em reuniões na Secretaria Municipal de Educação.

As famílias trabalhadoras no campo mudam-se com frequência, em busca de melhores condições de trabalho, ocasionando faltas dos alunos. Acontece também, que mães trabalhadoras sazonais, não vêm importância em mandar os filhos para a escola quando estão em casa, gerando atraso nos alunos, falta de compromisso com as tarefas, falta de interesse nas aulas, falta de continuidade no currículo escolar, entre outros problemas que vão tornando cada vez mais difícil a vida escolar, ainda mais se tratando de escola multisseriada.

Este será o tema abordado, para que sua análise forneça embasamento à mudança da situação atual, buscando para a escola, maiores condições de êxito.

ESCOLA E FAMÍLIA ALIADAS AO COMPROMISSO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR, NA BUSCA DA MELHORIA DA APRENDIZAGEM NA ESCOLA RURAL

A frequência escolar foi escolhida como tema para o estudo seguinte, por mostrar que é importante no processo de continuidade e fortalecimento da aprendizagem dos alunos nas escolas rurais.

Anteriormente, a escola era gerida por indicação política, sem habilitação para o cargo, portanto sem o olhar pedagógico necessário para questões como essa, que influenciam no trabalho de toda a equipe escolar e que mantinham baixo desempenho dos alunos como sendo algo comum à escola rural, por suas peculiaridades. Os Conselhos Escolares também eram mais uma forma burocrática da escola, sem efetividade, sem informação aos participantes, sendo assim, ineficazes.

Com a perspectiva da gestão democrática, sua implantação e desenvolvimento na escola, a equipe escolar uni-se para que o problema seja discutido, avaliado, registrado quando necessário, chamando a comunidade para participar e juntamente pensar nas soluções.

Dessa maneira, a gestão democrática é instrumento de modificação do contexto comum, descentralizando as decisões e tomando responsabilidades conjuntas para que nenhum aluno fique para trás e se veja desmotivado, causando evasão escolar, principalmente na segunda etapa do Ensino Fundamental, após o quinto ano.

Fica evidente a diferença entre alunos que ingressam na Educação Infantil, passando ao Ensino Fundamental, onde a família tem o compromisso da frequência escolar e participa ativamente da vida escolar do aluno, comparecendo às reuniões, participando dos Conselhos Escolares, debatendo responsabilidades; em relação aos alunos que faltam às aulas e acompanhados de sua família não fazem parte integrante e atuante na escola, apenas passam por ela como obrigação.

Para se cobrar da família a participação na escola, também é necessária a contrapartida da escola, em promover a gestão democrática, informando, estimulando a participação de todos, reunindo-se para as tomadas de decisão, para os apontamentos de resultados e de ações. Isso requer abertura e rompimento da escola tradicional para a democrática, capacitação dos seus profissionais e vontade

de alcançar sempre melhores resultados tanto dos alunos quanto da escola como um todo.

A importância em se resolver o problema da frequência escolar, principalmente numa escola pequena, onde todos os esforços estão voltados para o fortalecimento da gestão democrática é combater o entrave ao sucesso das ações pedagógicas e assim fortalecer também a escola, dando maiores condições de aprendizagem aos alunos, visando o desenvolvimento dos mesmos em outras etapas escolares, motivando que consigam concluir os estudos até o Ensino Médio e almejem a Educação Superior. Se todos os alunos têm o direito à educação de qualidade e devem ter as mesmas condições para isso, a escola rural precisa ter esse olhar, tanto para a formação dos trabalhadores do campo quanto para a sua qualificação, dando os mesmos direitos e aproveitando a riqueza de sua clientela para a transformação da vida da comunidade rural.

Em resumo, há no plano das relações, uma dominação do urbano sobre o rural que exclui o trabalhador do campo da totalidade definida pela representação urbana da realidade. Com esse entendimento, é possível concluir pelo esvaziamento do rural como espaço de referência no processo de constituição de identidades, desfocando-se a hipótese de um projeto de desenvolvimento apoiado, entre outros, na perspectiva de uma educação escolar para o campo. (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, 2013,p.279)

A Escola Municipal Lolita Brito Dias, fica localizada numa fazenda certificada, onde seus funcionários são capacitados e as famílias formam uma comunidade crescente com bons resultados profissionais. Pode se perceber que as famílias empenham-se em proporcionar melhores condições de vida aos seus filhos e a escola tem papel importante nessa ocasião, pois reúne ainda mais a comunidade para o bem comum dos alunos. O esforço é para que nenhum aluno fique sem esse direito. Para que a educação oferecida na escola, seja tão boa quanto em qualquer outro lugar, dando as mesmas oportunidades e resgatando aqueles que precisam.

As bases econômicas sociais vêm mudando com o tempo. A escola precisa acompanhar essa mudança, pois o seu público também evoluiu e está cada vez mais inserido na atualidade que privilegia o trabalho em equipe e o trabalhador pensante/atuante, que usa das novas tecnologias e da capacidade cognitiva para a sua produção.

Se a sociedade está numa nova fase de desenvolvimento, a escola como instrumento de mudança histórico social precisa também ir se renovando para garantir aos seus alunos a participação na sociedade atual em condições de igualdade. A impressão que se tem é que a escola não acompanha a demanda da nova sociedade e fica para trás, reproduzindo modelos antigos e sendo engolida pelas novas tecnologias, que possibilitam acesso à informação de forma rápida e abrangente.

A importância da escola está ligada à formação humana. Por isso não pode ser descartada em função dos novos tempos, mas sim repensada, reaprendida, reformulada para o novo e que possa evoluir juntamente com as novas perspectivas de trabalho e de sociedade.

Trata-se de um processo de transformação que exige recriar, reinventar nossas práticas. O fundante decisivo desta situação é a mudança das regras das relações que vêm se engendrando na sociedade e no ato pedagógico. As relações pedagógicas são da mesma tessitura das relações sociais. (Wittmann, 1999, p.89)

Dessa forma também as escolas rurais devem ser reformuladas, porque se todos têm o direito à educação de qualidade e de forma igualitária, não se pode admitir que ainda se pensasse na escola do campo como sendo formadora básica apenas para o trabalho do campo.

Era comum o pensamento de que os alunos das escolas rurais precisavam somente da educação fundamental básica para seu tipo de trabalho. Como se a comunidade rural não evoluísse com o tempo e servisse apenas de mão de obra, à margem da sociedade em constante evolução. Escolas rurais com problemas antigos de defasagem nas séries e de evasão escolar precisam de gestão capaz de proporcionar as mesmas condições que a educação como um todo almeja, a formação integral do indivíduo, atuante, transformador da realidade que o cerca e da sua própria, sem deixar se perder a importância do campo e de seus trabalhadores, apenas com as mesmas condições e oportunidades, quebrando esse paradigma.

” O conhecimento pode humanizar e emancipar”. (Wittmann,1999).

Para a construção de uma prática educativa de qualidade, a gestão democrática e a autonomia são indissociáveis. O ensino deve ser pautado no que se precisa aprender e não no que se quer ensinar e para isso a escola deve caminhar para o

exercício do compartilhamento, das responsabilidades conjuntas, do compromisso coletivo.

As escolas do campo eram privadas desse exercício de atualização, fadadas a continuar sendo deixadas aquém das mudanças, como se seus participantes não fossem capazes ou não merecessem e ou não pudessem fazer parte desse movimento de transformação da sociedade. Assim, a reprodução da escola que só ensina o “básico” era considerada boa demais para as crianças do campo que iriam futuramente, servir de mão de obra barata para seus patrões, que estes sim, tinham direito à educação privilegiada das escolas particulares e reproduziam o modelo opressor da comunidade rural.

Os tempos são outros, as situações estão mudando. Assim também a gestão escolar precisa lutar pela transformação da escola rural. O instrumento é a gestão democrática. Para isso o gestor precisa se capacitar, para buscar novas competências cognitivas e competências de atitude que envolvam todos os participantes nesse processo, levando informação, diálogo, promovendo a participação da família na escola, dando voz aos pais que sempre foram marginalizados e precisam entender que ela é um direito de todos e um dever também para com seus filhos.

Para Gadotti (1994) fazer um projeto significa antever o futuro, dessa forma o Projeto Político Pedagógico seria um projeto a longo prazo, sistematizado, racional. Já a linha de pensamento de Veiga(1996;1998) coloca que o PPP deve ser um processo permanente de discussão e reflexão da escola, de sua prática, seus problemas, entraves ao processo de ensino aprendizagem, buscando através dele tomadas de decisões democráticas, onde os envolvidos no levantamento se comprometam com a educação.

Quando se faz o Projeto Político Pedagógico da escola rural, os problemas daquele lugar ficam conhecidos.

O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (Oliveira,2003,A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola)

A gestão escolar, os funcionários e professores, juntamente com a comunidade, devem traçar estratégias para tentar solucionar esses problemas e avançar em busca da melhoria da educação para seus alunos, mudando dessa maneira, o modelo antigo, procurando oferecer mais oportunidades para as crianças do campo continuarem seus estudos, sonharem com a formação pessoal ampla e não apenas a formação para o trabalho rural, que também se transforma com as novas tecnologias e precisa de trabalhadores capazes de acompanhar essas mudanças. Para Wittmann “ Esta articulação com o real, em educação, demanda o envolvimento de todos os responsáveis pela construção da prática concreta da educação”.

Quando os problemas comuns às escolas rurais são levantados, a **evasão escolar**, a **frequência dos alunos** e a **defasagem de aprendizagem nas séries** são evidentes. Um problema está ligado ao outro e se completam para o insucesso dos alunos das escolas do campo.

A frequência escolar será o tema mais discutido para que a partir dele, se possa propor maneiras de solucionar os demais citados. No caso da Escola Municipal Lolita Brito Dias, escola de estudo desse artigo, observou-se que nos períodos de entressafra, quando as mães estavam em casa sem trabalho na lavoura, não viam importância na frequência de seus filhos na escola. Quando começavam a colheita, os alunos frequentavam a escola para que suas mães pudessem trabalhar.

Assim, o tempo perdido, a interrupção da rotina escolar, dos estudos e do próprio currículo, deixavam esses alunos numa situação diferente dos demais.

Um dos alunos, que não frequentou o primeiro ano do ensino fundamental, aliás, que consta ter frequentado, porém, apenas na promoção da série e não no efetivo aproveitamento, devido ao grande número de faltas, não se alfabetizou ainda no quarto ano, apresentando muitos problemas de aprendizagem.

A escola agora precisa resgatar esse aluno e para isso levou o problema para a comunidade, através de reuniões com os pais e através do fortalecimento dos Conselhos Escolares, que estão cada vez mais participantes. Para acelerar a aprendizagem de alunos como o exemplo mencionado, a equipe escolar, juntamente com a família precisa discutir, avaliar, propor estratégias, reunir-se para um propósito comum. Se a escola oferece novas tentativas para o resgate desse aluno, a família também precisa engajar-se para o mesmo, participando e dando sua

contribuição. Por isso é tão importante, que os pais estejam dentro da escola com frequência, participando de reuniões de planejamento pedagógico para essa aceleração da aprendizagem, de tomadas de decisão nas políticas educacionais, nos investimentos financeiros da escola, acompanhando, comprometendo-se, dividindo a responsabilidade tanto do sucesso quanto do fracasso escolar.

Uma maneira de inserir os pais na escola é através dos Conselhos Escolares, que precisam ser fortalecidos, efetivados, colocados em prática de fato. Os representantes dos pais e funcionários, que estão sempre informados das várias situações da escola e de seu funcionamento, são capazes de contribuir muito para a gestão democrática, levando informação aos demais, participando e atuando no contexto educacional, trazendo novos olhares e sugestões, dividindo a responsabilidade da qualidade da educação que a escola oferece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com texto extraído do Caderno: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria da Educação Básica. Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da escola pública, *o Conselho Escolar se constitui na própria expressão da escola, como seu instrumento de tomada de decisão. O Conselho Escolar, similarmente ao Conselho Universitário, representa a própria escola, sendo a expressão e o veículo do poder da cidadania, da comunidade a quem a escola efetivamente pertence.*

Portanto, quando se formam conselhos escolares, com a participação da comunidade rural, as responsabilidades e decisões são compartilhadas, o que torna a escola um bem de todos e assim, o empenho em solucionar problemas discutidos através do Projeto Político Pedagógico se faz.

No caso da falta de frequência de alguns alunos da Escola Municipal Lolita Brito Dias, observa-se que com o fortalecimento do Conselho Escolar, representado pelo Colegiado, os resultados foram satisfatórios à medida que a comunidade entende que ele é um instrumento de tradução de seus próprios anseios. Com a participação efetiva dos pais, os exemplos de falta de frequência foram diminuindo, aliado ao esforço da gestão em procurar as famílias, relatar os casos isolados, envolver toda a escola para a garantia do direito do acesso e permanência.

A Resolução CNE/CEB 1, de 3 de Abril, de 2002, no seu art.10, prevê que *“O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no art.14 da LDB, garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade.”*

Entende-se por gestão democrática, a união da equipe escolar e da comunidade para garantir a verdadeira função da escola, a formação humana através da educação de qualidade, que possibilite condições igualitárias aos seus alunos, acesso e permanência à escola, direito de todos. Dessa maneira, promover a gestão democrática, utilizar dos Conselhos, escola/família aliadas, conseguem bons resultados no combate à evasão escolar e à defasagem de aprendizagem, que começam na falta de frequência das séries iniciais.

A escola ainda é o espaço onde as crianças e jovens passam a maior parte do seu tempo e deve ser exemplo de comportamento democrático para a formação integral das pessoas que participam da sociedade e levam consigo fundamentos da democracia para suas vidas, tendo consciência de seus direitos e deveres, fazendo valer mais oportunidades para a pluralidade brasileira ter seu espaço e não apenas força de trabalho. Dessa forma, a escola torna-se fundamental para a mudança política pois gera mentes conscientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto pedagógico. Cadernos Educação Básica - O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas. MEC/FNUAP, 1994.

VEIGA, Ilma Passos A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). Escola: espaço do projeto político pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos; **OLIVEIRA**, João Ferreira; **TOSCHI**, Mirza Seabra. A educação escolar: políticas, estrutura e organização . São Paulo: Cortez, 2003.

WITTMANN, Lauro Carlos. Pesquisar é preciso porque navegar é preciso, viver é preciso. Revista Seminários em Revista, Blumenau, v. 1, n. 3, p. 47-57, mar. 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria da Educação Básica. Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da escola pública. Brasília: DF, 2004, p. 23-27,

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais de Educação Básica**. Brasília: 2013.562p.

ANEXO

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
LOLITA BRITO DIAS**

**ALINE SILVA FLOR
DANIELA REIS PIEDADE MIRANDA
PATRÍCIA VIEGAS DA SILVA**

TRÊS PONTAS, 2014

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
LOLITA BRITO DIAS**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob a orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

TRÊS PONTAS, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA	5
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	7
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	9
3. CURRÍCULO.....	10
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	13
5. PROCESSOS DE DECISÃO	15
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	16
7. AVALIAÇÃO	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS	22

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Lolita Brito Dias foi criada pela Lei Municipal no. 1145, de 23 de dezembro de 1982 – Portaria de Autorização de funcionamento no. 844/85, de 21 de junho de 1985, da Secretaria Estadual de Ensino. Localiza-se na Fazenda Caxambu, zona rural do município de Três Pontas, e é integrante da rede municipal de ensino. Atualmente oferece a Educação Infantil de 1º e 2º períodos e Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano.

Ao todo a escola possui nove servidores, sendo quatro docentes, duas ajudantes de serviços gerais, uma estagiária que auxilia uma aluna com deficiência, uma Coordenadora e uma Especialista de Educação.

Quanto à reformulação do Projeto Político Pedagógico, a comunidade escolar usou como base os resultados de Avaliações Externas e Internas do ano de 2013, a fim de continuar perseguindo a qualidade do ensino aprendizagem da escola, buscando através das estratégias aqui traçadas para o ano de 2014, a melhoria dos resultados obtidos pelos alunos.

De modo geral, vale a pena insistir em um processo em que a escola seja a autora do seu Projeto. A sensibilização à cultura do registro do pensado e vivido pela escola; o encontro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e da autocrítica, pautados no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos colegiados, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas. (OLIVEIRA, s/d, p.2)

Assim sendo, para tentar conhecer um pouco mais a comunidade em que a escola está inserida e tentar responder aos questionamentos, sanar as dúvidas e buscar soluções para os principais problemas no processo de ensino-aprendizagem de nossos alunos, todos os membros da comunidade escolar participaram de reuniões que ajudaram na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. Reuniões que resultaram nesse documento que propõe metas a serem alcançadas e que avalia o processo de ensino-aprendizagem da escola, cujo objetivo é que todos os alunos

aprendam no tempo certo e quando for o caso, tenham interferências significativas para a aceleração da aprendizagem.

Dessa forma, o Projeto Político Pedagógico é instrumento da gestão democrática, que também é meta da Escola Municipal Lolita Brito Dias, cada vez mais sendo desenvolvida e consolidada.

1.FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Lolita Brito Dias, através de seus resultados nas avaliações internas e externas, se reúne com a comunidade escolar para traçar metas de melhoria no seu atendimento que garantam a aprendizagem satisfatória de seus alunos.

Assim, se faz necessário, reformular seu Projeto Político-Pedagógico que, como parâmetros para tais reflexões/ações, possa promover a busca pela equidade, pois assim como afirma Dourado (2010) as experiências educativas dos alunos irão levá-los às condições de igualdade de oportunidades como é entendida a qualidade da educação.

Portanto, este Projeto Político-Pedagógico se propõe à promoção de uma educação que garanta os direitos de aprendizagem de todos os seus alunos e melhore seus níveis de resultados, perseguindo e motivando a permanência nos estudos e a promoção de uma escola de qualidade social para todos.

O ato educativo está inserido no contexto do espaço social e para se ter qualidade na educação, não se deve ignorar as variáveis sociais que levam ao fracasso escolar ou reforçam a exclusão. Dessa maneira, a escola deve ter sua atuação voltada para diminuir esses índices e trabalhar para a sua anulação, abrindo caminhos para novas realidades.

Os princípios que norteiam a educação na Escola Municipal Lolita Brito Dias são os mesmos que norteiam a educação brasileira, dispostos nos artigos 2º e 3º da LDB, e a educação do estado de Minas Gerais, disposto no artigo 3º da Resolução SEE/MG nº 2.197/2012, abaixo descritos simultaneamente: A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O ensino é ministrado com base nos seguintes princípios: Igualdade de condições para acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; garantia de

padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar; vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Na escola Municipal Lolita Brito Dias a estrutura pedagógica é formada pelos professores, especialista de educação e coordenadora escolar. Já a estrutura administrativa fica a cargo da coordenadora escolar que conta, uma vez por semana, com a colaboração de um técnico do executivo na parte de escrituração escolar.

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

Quanto à parte física da escola, esta é formada por três salas de aulas, bem mobiliadas, uma sala de informática com seis computadores, uma secretaria, uma biblioteca com um acervo formado por livros de literatura infantil e de pesquisa para alunos e professores, uma cozinha bem equipada, um refeitório, uma sala para o café dos professores, dois banheiros para uso de alunos e profissionais, sendo um masculino e um feminino. O pátio é cimentado e tem um parquinho para o divertimento das crianças.

Já os servidores que atuam na Escola Municipal Lolita Brito Dias são em número de nove, sendo quatro docentes, duas ajudantes de serviços gerais, uma estagiária que auxilia uma aluna com deficiência, uma Coordenadora Escolar, uma Especialista de Educação, que auxilia as atividades pedagógicas dos docentes e atende aos pais e alunos da escola.

Profissionais que formam o quadro de servidores da escola

NOME	FORMAÇÃO	FUNÇÃO
Cláudio Reis Pereira	Superior	Professor de Educação-Física
Flávia de Oliveira Neves	Superior	Professora
Isabel de F. R. Archanjo.	Fundamental completo	Auxiliar de serviços gerais
Judith da Silva Fagundes	Fundamental completo	Auxiliar de serviços gerais
Mariele Ferreira Pereira	Superior	Professora
Patrícia Viegas da Silva	Superior	Coordenadora
Paula de Jesus Oliveira	Superior	Professora

Roseanne D. F. Oliveira	Superior	Especialista de educação
Samira Teófilo Luiz	Cursando Pedagogia	Estagiária

Quanto à parte financeira, a escola recebe anualmente verbas do governo federal, para a compra de produtos permanentes e para o custeio de despesas da escola e também verba da prefeitura, esta só pode ser usada para cobrir despesas com a manutenção da escola.

Quando a escola é contemplada com qualquer uma destas verbas, antes de usá-las é preciso passar por todo um processo, que vai desde elaborar um plano de aplicação com a ajuda dos membros da comunidade escolar, que poderá ser ou não aprovado pelos membros do Conselho Deliberativo (este conselho é formado por dois representantes dos pais, dois funcionários da escola e dois professores) até fazer três orçamentos de cada produto para depois poder efetivar a compra. Lembrando que, somente depois de ter o seu plano de aplicação aprovado pelo conselho deliberativo da escola é que o gestor poderá comprar os produtos ou contratar os serviços pleiteados, fazendo sempre três orçamentos de cada produto ou serviço para só então optar pelo mais barato dos três.

Depois de usado todo dinheiro a escola precisa prestar contas de todos os seus gastos para os membros do Conselho Fiscal (que também é formado por dois representantes de pais dos alunos, dois funcionários da escola e dois professores), ou seja, apresentar as notas fiscais eletrônicas, as três cotações de cada produto adquirido ou serviço prestado e as cópias de cada cheque utilizado. Esta mesma prestação de contas também é feita pela escola junto à Secretaria Municipal de Educação que posteriormente prestará contas ao FNDE.

2.2.Estrutura Organizacional Pedagógica

A Escola Municipal Lolita Brito Dias é integrante da rede municipal de ensino de Três Pontas e oferece a seus alunos a Educação Infantil de 1º e 2º períodos, e Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano.

Atualmente a escola conta com trinta e quatro alunos, fato que acarreta a necessidade da existência de turmas multisseriadas, porém constata-se que o índice de matrícula anual se mantém. Sendo assim, as turmas estão assim distribuídas:

TURMA	ETAPA	QUANTIDADE DE ALUNOS	PROFESSORES DA TURMA
01	Educação Infantil – 1º e 2º períodos	10 alunos	01 Professor regente
02	Ensino Fundamental – 1º, 2º e 3º ano	14 alunos	02 – Professor regente e professor de educação-física
03	Ensino Fundamental – 4º e 5º ano	10 alunos	02 – Professor regente e professor de educação-física

Quanto à formação pedagógica, todos os professores possuem habilitação específica e experiência profissional, demonstram interesse em participar de cursos de capacitação promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e outras entidades, bem como a troca de experiências entre si e outros profissionais em reuniões pedagógicas. Ao término do ano letivo, o trabalho é avaliado, tendo em vista o Projeto Político Pedagógico e a Avaliação de Desempenho individual dos profissionais.

3.CURRÍCULO

As atividades curriculares da Escola Municipal Lolita Brito Dias são desenvolvidas tendo como referência as Diretrizes e os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Proposta Pedagógica da rede municipal de ensino de 2008, Diretrizes Curriculares e o Planejamento Pedagógico, todos adaptados à realidade escolar. Sendo que, a implementação destas atividades curriculares favorece a interdisciplinaridade e o estudo de temas transversais, de modo a integrar todos os conteúdos. Assim, a abordagem dos conteúdos curriculares acontece de forma interativa e contextualizada.

O currículo da escola também é constituído pelos componentes da Base Nacional Comum, a ser complementado por uma parte diversificada, e por projetos que vêm de encontro às necessidades e interesses dos alunos, alguns deles permanentes e outros que são desenvolvidos por um período determinado.

De acordo com Moreira (2000) a escola deve oferecer às crianças condições de aprendizagem que as enriqueçam culturalmente e que ainda as incentive a permanecer na escola. Sendo assim, a escola trabalha a proposta curricular tendo como um de seus principais objetivos oferecer um processo de ensino-aprendizagem significativo que respeite os saberes da criança; e que sirva de ponte entre o conhecimento prático e o conhecimento formal.

Sendo assim, tanto o currículo da Educação Infantil quanto o do Ensino Fundamental buscam trabalhar os conteúdos escolares de acordo com as vivências de nossos alunos, tentando assim, promover o seu desenvolvimento integral.

Para tentar promover o desenvolvimento integral das crianças da Educação Infantil (1º e 2º períodos) as práticas e conteúdos estão distribuídos da seguinte forma no quadro curricular: Identidade e Autonomia, Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. Sempre ressaltando a importância do ato de brincar para desenvolvimento dos aspectos afetivos, cognitivos, sociais e motores.

Entretanto, o currículo da base nacional comum do Ensino Fundamental deve abranger, obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o

conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso.

Além de contemplar os componentes da Base Nacional Comum e os da parte diversificada, também fazem parte do currículo dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Escola Municipal Lolita Brito Dias as modalidades Escola do Campo e Educação Inclusiva.

A escola também oferece a Educação Inclusiva por meio do Atendimento Educacional Especializado – AEE, com professor habilitado e capacitado para o atendimento. O aluno do AEE tem o direito ao PDI - Plano de Desenvolvimento Individual, ao uso de recursos didáticos e pedagógicos próprios para o seu desenvolvimento e a avaliação em conformidade com o PDI. Há interação entre o professor da classe comum o professor do AEE e o supervisor pedagógico. O aluno também é encaminhado, quando necessário, para outros atendimentos como psicológico, fonoaudiológico, médico, entre outros.. A escola também tem se procurado oferecer os recursos pedagógicos e de acessibilidade visando eliminar as barreiras para a plena participação dos alunos com deficiência.

Como Escola do Campo os conteúdos curriculares e metodologias são apropriados às reais necessidades dos estudantes; sendo que neste ano de 2014 os livros didáticos selecionados evidenciam esta contextualização e a interdisciplinaridade.

Também são trabalhados os Temas Transversais relativos á saúde, inclusive com participação nas Campanhas de Vacinação, da Dengue, do Tabagismo, de higiene bucal, educação alimentar e nutricional, dentre outras, educação ambiental com a participação no Projeto “Campo Limpo”, sexualidade e gênero, vida familiar e social, direitos das crianças, direitos dos idosos, educação para o trânsito e para o consumo.

A Educação Física, no Ensino fundamental, é ministrada por professor habilitado, mas o Ensino Religioso é ministrado pelo próprio professor da turma, mas o processo de ensino-aprendizagem de ambas as disciplinas visam reforçar os laços de solidariedade na convivência social e de promoção da paz. .

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Como a Escola M. Lolita Brito Dias também é uma escola rural e inclusiva, organiza o tempo e o espaço escolar da seguinte forma: Educação Infantil 1º e 2º períodos para crianças de 4 e 5 anos de idade numa única turma devido ao pouco número de alunos. Sendo que a frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental

Já a organização do tempo escolar no ensino fundamental ocorre da seguinte forma: O 1º, 2º e 3º anos estão organizados na forma de ciclo e o 4º e 5º na forma seriada. Sendo que, estas turmas são multisseriadas, ou seja, uma turma com 1º, 2º anos e outra com 3º, 4º e 5º anos. Também são adotados os recursos da Classificação e da Reclassificação para o posicionamento e o reposicionamento dos alunos de acordo com o disposto no Regimento Escolar.

A escola segue o calendário escolar fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, que é formado por duzentos dias letivos distribuídos em quatro bimestres. Sendo que a criança frequenta o período escolar de quatro horas, descontado o tempo do recreio, diariamente.

Os espaços escolares são utilizados para o desenvolvimento de atividades e projetos, ressaltando que seguem também, um horário de atividades do Plano de Intervenção Pedagógica, para que sejam bem aproveitados.

Contamos com sala de Recursos Multifuncionais já organizada e aguardando a instalação de equipamentos pelos técnicos do MEC. Nela, fazemos aula de Informática, reforço digital, reforço escolar, leitura, AEE. Está em ótimo estado de conservação, com equipamentos novos, computadores com rede de internet, livros recebidos do FNDE, jogos pedagógicos, mobiliários novos.

Toda a escola foi pintada recentemente, passou por obras de acessibilidade, como a reforma do banheiro para o uso de cadeirante e a colocação de piso tátil, para pessoas com deficiência visual.

A área externa conta com dois espaços distintos. Um para o parquinho, que também tem bom estado de conservação, com brinquedos revisados e pintados. Outro, com casinha de plástico resistente para brincadeiras e bandeja de basquete nova,

espaço também utilizado para apresentações artísticas, festas de encerramento, quadrilha, entre outras atividades.

Foi pedido pelo Colegiado, que a escola coloque grades de segurança nos espaços externos, uma vez que eles ficam elevados e possui uma escada com degraus altos, gerando preocupação dos pais com as crianças. Estamos empenhados em realizar a solicitação, mas como fazemos o planejamento de gastos com antecedência, não será possível utilizar verba para tal obra, neste ano. Encaminhamos para a prefeitura, que poderá viabilizar a segurança do local. Caso isso não ocorra, já registramos o pedido e incluiremos no próximo Plano de Gestão de Gastos.

5.PROCESSOS DE DECISÃO

Para que o ensino realmente se faça e a aprendizagem aconteça, é necessário agir com competência, onde a construção do diálogo, do companheirismo ético, seja construído pelos profissionais que nela atuam. O gestor educacional caracteriza-se como um administrador democrático da comunidade escolar, orienta seus colaboradores nas tarefas da escola, deve atender as diferenças, desenvolvendo senso de responsabilidade e crítica, abrindo-se para o diálogo e estimulando o espírito de colaboração, atua em conjunto.

A Gestão Escolar fica a cargo do diretor e do colegiado. Sendo que, todo trabalho educacional desenvolvido no estabelecimento é bem planejado, orientado e controlado numa gestão participativa.

A escolha do gestor segue o Plano de Cargos e Salários, onde os candidatos devem ser professores efetivos, com mais de três anos de lotação na escola, habilitados, porém ainda não são escolhidos através do voto, ainda é feita a indicação política, mesmo seguindo as regras citadas.

O Colegiado é formado por membros da comunidade e funcionários da escola, com segmentos, representantes titulares e suplentes, reuniões obrigatórias e extraordinárias, registradas em ata. Fazemos a eleição dos membros a cada dois anos e o presidente é o gestor da escola.

Os processos de decisão são participativos e democráticos. Isso vem se consolidando ainda mais com o PIP, que elabora documento da participação de todos na escola e informa as famílias da importância dessa gestão democrática, que consiga reunir mais pessoas interessadas nos avanços e problemas da escola.

Nas decisões financeiras, os Conselhos são atuantes, uma vez que o gestor não pode administrar os recursos recebidos sem antes fazer o plano de gastos, ser aprovado pelo Conselho Deliberativo e encerrar o processo com a prestação de contas ao Conselho Fiscal. Ambos formados por pais e funcionários da escola que acompanham notas fiscais, cotações de preços, entre outros requisitos para a movimentação das verbas escolares.

6.RELAÇÕES DE TRABALHO

A Escola Municipal Lolita Brito Dias mantém um bom relacionamento com a comunidade escolar, a escola realiza reuniões com os pais para coloca-los a par de toda sua funcionalidade, como: resultados dos filhos, aprendizagem, resultado da escola nas avaliações internas e externas, os Projetos desenvolvidos, promovendo muitas festividades dentre elas:

Fevereiro

Projeto Carnaval na escola.

Junho

Festa Junina

Julho

03/07- Desfile - Dia da Cidade.

Setembro

Palestra sobre o tabagismo

Palestra do trânsito

Outubro

Festa da família

Semana da Criança

Confraternização dos Funcionários

Novembro

Semana de Educação para a vida - 26/11/2014 á 30/11/2014

Dezembro

Missa em Ação de Graças - 5º Ano

Entrega de Certificados (5º Ano)

Disciplina

Cabe à Escola, juntamente com a família, Conselho Tutelar e Ministério Público, zelar pelo fiel cumprimento do regime disciplinar da Escola e da legislação que o rege.

Frequência

A frequência das crianças é controlada mensalmente. Se a criança apresentar 5 faltas consecutivas ou 7 em dias alternados, será feita a ficha FICAI após esgotar todos os recursos escolares que viabiliza o controle da evasão escolar.

Conflitos nas relações interpessoais

As situações de conflito nas relações interpessoais (criança-criança, criança-adulto, adulto-adulto) são mediadas pela Gestora Escolar e Especialista de Educação, através de conversa em particular, que geralmente são resolvidas. Porém, se persistirem os conflitos, convocamos os envolvidos e a equipe escolar, para fazer registro em ata, devidamente assinada, chegando ao conhecimento da Secretaria Municipal quando forem mais que três delas, para medidas cabíveis.

Formação profissional

Os professores são habilitados ao cargo, sendo que duas professoras são efetivas do município, mas não lotadas na escola, e as outras são contratadas. Todos fazem a formação continuada, através das reuniões pedagógicas extraturnos e quinzenais, do PNAIC, das capacitações oferecidas pela editora Saraiva aos professores da Educação Infantil, que utilizam apostilas Prosinha, dos encontros, palestras, oficinas, oferecidos pela Secretaria de Educação.

7.AVALIAÇÃO

Antes de tratarmos neste Projeto Político Pedagógico da avaliação dos alunos, é necessário refletirmos sobre a Avaliação Institucional.

Segundo Souza (2005), ambas são interdependentes. A Avaliação Institucional pode explicar resultados na Avaliação da Aprendizagem e esta, servir de parâmetro para o desempenho dos professores da instituição. Do mesmo modo que, a Avaliação da Aprendizagem servirá de referencial para a Avaliação Institucional.

Assim, a avaliação do conjunto das práticas educativas da escola será instrumento de gestão democrática, onde o ponto de partida seja o aluno, mas levando em consideração que a instituição tem função social e precisa se avaliar constantemente, garantindo indicadores que focalizem o desempenho satisfatório dos alunos, considerando o que realmente é importante para o processo de ensino aprendizagem e para suas vidas.

..quando a escola se dispõe a pensar sobre si, avaliando o conjunto dos elementos e ações que a constituem, levantando e socializando informações sobre si, ela se expõe à sociedade, isto é, ela permite que a sociedade, destinatária final do trabalho escolar e sua mantenedora maior,acompanhe, controle e também avalie seu desempenho.(SOUZA, 2005, p.37-38)

A Avaliação Institucional é feita pelo Conselho Escolar, que deve avaliar não apenas o produto final da Avaliação da Aprendizagem, mas o processo para os resultados, onde se tenha da escola, uma visão global, como o contexto social em que a escola está inserida; as condições da escola para uma aprendizagem relevante; mecanismos utilizados na gestão democrática da escola; atuação dos envolvidos no processo educativo; desempenho escolar dos alunos.

A Avaliação da Aprendizagem dos alunos, na Escola Municipal Lolita Brito Dias, tem caráter processual, formativo e participativo, é contínua, cumulativa e diagnóstica e utiliza-se de vários instrumentos, recursos e procedimentos. Os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno prevalecem sobre os quantitativos e é assegurado, tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo, por meio de intervenções pedagógicas, visando garantir a aprendizagem no tempo certo. Também são assegurados tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos Componentes Curriculares, ao longo do

ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente. É possibilitada a aceleração de estudos, para os alunos com distorção idade- ano de escolaridade.

Na Avaliação da Aprendizagem são utilizados procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções necessárias. As formas e procedimentos utilizados devem expressar com clareza o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem e ao que foi realizado pela Escola.

O Plano de Intervenção Pedagógica (PIP) é elaborado pela equipe pedagógica com base nos resultados da avaliação interna e os resultados das avaliações externas: PROEB e PROALFA, além dos dados da Prova e Provinha Brasil.

A progressão continuada, com aprendizagem e sem interrupção, no Ciclo de Alfabetização está vinculada à avaliação contínua e processual e deve permitir ao professor, acompanhar o desenvolvimento e detectar as dificuldades para proceder à intervenção de imediato, com estratégias adequadas, para garantir as aprendizagens básicas. Este ciclo se apoia em intervenções pedagógicas significativas, com estratégias de atendimento diferenciado, para garantir a efetiva aprendizagem dos alunos.

A Escola, com o apoio da família e da comunidade, se empenha para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, assim: oferece ao longo do ano letivo, novas oportunidades de aprendizagem para os alunos que apresentem baixo desempenho escolar, podendo para tal, organizar agrupamento temporário para alunos de níveis equivalentes de dificuldades, com a garantia de aprendizagem e de sua integração nas atividades cotidianas de sua turma; cronograma de reforço escolar com o professor de Educação Física, com estagiária e especialista de educação. Há o cuidado para que o princípio da continuidade não se traduza em “promoção automática” e para que o combate à repetência não se transforme em descompromisso com o ensino-aprendizagem.

A frequência escolar é uma preocupação de todos na escola e é combatida com visitas as casas dos alunos faltosos, com o devido registro em ata, conversas com os pais e ou responsáveis, conversa com os próprios alunos, sendo os casos mais graves, comunicados ao Conselho Tutelar; a escola tem parceria com a patrulha militar de campo para ações referentes à frequência escolar. Para os alunos com frequência inferior ao mínimo de 75%, obrigatórios, da carga horária anual e com desempenho satisfatório é ofertado o recurso de reclassificação.

São oferecidos aos alunos diferentes oportunidades de aprendizagem, de acordo com o definido no PIP, como estudos de recuperação constituídos de atividades programadas para o atendimento ao aluno ou grupo de alunos que não adquiriram as aprendizagens básicas ministradas pelo professor eventual ou pelo próprio professor da turma em troca com o eventual, com as estratégias adotadas em sala individual ou em grupo, ao longo do processo de ensino-aprendizagem e Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência, contando com professora de apoio juntamente com a professora regente, para garantir a inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do PPP é possível perceber que a Escola precisa ser um espaço aberto, harmonioso, estimulador ao exercício da cidadania, onde crianças e adultos sintam prazer em frequentá-la. Para tanto, parcerias com as famílias, com a comunidade local, com as Secretarias e demais órgãos do Município deverão ser articuladas no decorrer do ano.

Através de avaliações frequentes, tendo como parâmetros os objetivos, metas e ações propostas, este PPP poderá ser reformulado, de forma que a Escola possa desempenhar seu trabalho com eficácia, enfatizando a Educação para Paz, respeitando a pluralidade cultural, as diferenças entre as pessoas, o meio ambiente. Acredita – se que o trabalho realizado possa fazer a diferença em prol da construção de uma sociedade mais digna, justa, tolerante e feliz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasil 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 27 de julho de 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf. Acesso em 23/07/2014.

ESCOLA DE GESTORES – MEC. **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 04/08/2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Elaboração Ignez Pinto Navarro et al. Brasília : MEC/SEB, 2004, p. 38-40 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII)

MOREIRA. Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços**. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 73. Dezembro de 2000.

OLIVEIRA. João Ferreira de, **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. S/D. Pág. 1-3.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Avaliação Institucional: A Avaliação da Escola como Instituição**, texto extraído do Caderno 4 da Coleção Gestão e Avaliação da Escola pública: Gestão e avaliação da educação escolar. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação

Básica. Curitiba : Ed. da UFPR, 2005, p.32-38. 42 p. - (Gestão e avaliação da escola pública.